

MARABAIXO COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO “ABRIGO CRIANÇA FELIZ”¹ EM MACAPÁ-AP

MARABAIXO AS A PEDAGOGICAL INSTRUMENT IN THE PROCESS OF CHILD RESIDENTIAL IN THE HOUSE OF “LAR CRIANÇA FELIZ” IN MACAPA-AP

Piedade Lino VIDEIRA²
Elivaldo Serrão CUSTÓDIO³
Benedito da Costa SILVA⁴
Lúcia Mara Tavares ROCHA⁵
Rauliane de Oliveira BORGES⁶

Resumo

O presente artigo trata do Marabaixo⁷ como instrumento pedagógico no processo de ressocialização. O estudo foi realizado em uma instituição que abriga menores vítimas de violência doméstica, denominada “Abrigo Criança Feliz”. O objetivo do estudo foi desenvolver e propor atividades pedagógicas que auxiliem o professor em suas práticas pedagógicas, valorizando, assim, o Marabaixo enquanto cultura regional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e descritiva, que adotou a entrevista como forma de investigação. Os dados foram coletados em duas etapas: antes e depois das atividades pedagógicas desenvolvidas com os sujeitos da pesquisa. A pré-entrevista

¹ Optamos por utilizar o nome fictício Abrigo “Criança Feliz” para nos referirmos ao local em que realizamos a pesquisa e desenvolvemos a atividade de intervenção pedagógica para resguardar a identidade das crianças atendidas pela supracitada Instituição, conforme acordamos com a direção do Abrigo, condição essa pactuada entre as partes para obtermos a autorização para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, vinculado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP.

² Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, lotada no curso de Pedagogia. Integra o Corpo Docente do Mestrado em Educação – UNIFAP (PPGED). Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção em Corporeidade, Artes, Cultura e Relações Étnico-Raciais com ênfase em Educação Quilombola, certificado pelo CNPq. Coordenadora Geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UNIFAP e Membro fundadora da Cia. de Dança Afro Baraka. E-mail: piedadevideira@bol.com.br

³ Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdade EST, em São Leopoldo-RS. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pedagogo, matemático e teólogo. Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). Editor associado da Revista *Identidade* da Faculdade EST. Membro do Grupo de Pesquisa *Educação e Religião* (Serviços Educacionais – GPER), do Grupo de Pesquisa *Identidade* (Faculdades EST), do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES – UNIFAP) e do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-raciais (UNIFAP/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

⁴ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: piedadevideira@bol.com.br

⁵ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: piedadevideira@bol.com.br

⁶ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: enailuar@hotmail.com

⁷ O Marabaixo foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, no dia 08 de novembro de 2018, portanto, meses depois da realização desta pesquisa. Por entendermos que, tendo o Marabaixo se tornado oficialmente patrimônio cultural imaterial do Brasil, esta informação deve ser incluída no texto a fim de ser amplamente publicizada. Vide trecho da matéria divulgada na página do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN a esse respeito: “Por ser uma forma de expressão que reúne referências culturais vivenciadas e atualizadas pelos amapaenses, fundamental para a construção e a afirmação da identidade cultural negra brasileira, o **Marabaixo** foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil. A decisão foi tomada hoje, 08 de novembro, por unanimidade, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante reunião que ocorreu no Museu Histórico do Pará, em Belém” (IPHAN, 2019).

ta revelou que as crianças desconheciam sobre a cultura do Marabaixo. Após a aplicação das atividades, as mesmas foram entrevistadas novamente com o mesmo rol de perguntas, e, nesta pós-entrevista, detectamos um percentual significativo de conhecimento sobre a cultura regional.

Palavras-chave: Marabaixo. Espaço Não-Escolar. Lei Nº 10.639/2003. Prática Pedagógica.

Abstract

This article deals with Marabaixo as a pedagogical instrument in the process of resocialization. The study was carried out in an institution called “Abrigo Criança Feliz”, which is home for the victims of domestic violence under 18 years of age. The objective of this study is to develop and propose pedagogical activities, which help the teacher in his pedagogical practices, thus valuing Marabaixo as a regional culture. It is a bibliographical research, with a qualitative and descriptive approach, adopting the interview as a form of investigation. The data were collected in two stages, before and after the pedagogical activities developed with the research subjects. The pre-interview revealed that the children were unaware of Marabaixo’s culture; after the application of the activities, they were interviewed again, using the same list of questions, and, in this post-interview, we detected a significant percentage of knowledge about the regional culture.

Keywords: Marabaixo. Non-School Space. Law No. 10.639/2003. Pedagogical Practice.

Introdução

O presente trabalho tem por temática o Marabaixo, que funciona aqui como instrumento pedagógico no processo de ressocialização das crianças e adolescentes do Abrigo “Criança Feliz”. O estudo foi realizado nessa instituição, destinada a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, e cujos direitos à convivência familiar e comunitária estejam ameaçados. O espaço busca acolher tais crianças e/ou adolescentes, provendo seus direitos fundamentais, e, utilizando para isso, de todos os recursos disponibilizados pelas Políticas Públicas.

No que concerne aos direitos fundamentais, o artigo 4, da Lei Nº 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura, de maneira prioritária, os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Buscando atender a esses princípios, desenvolveu-se uma prática de intervenção, tendo como base o Marabaixo, para que pudéssemos oportunizar às crianças e aos adolescentes desse abrigo, não só o conhecimento dessa manifestação, mas a vivência de tudo que dela emana: a cultura, a história, o ritmo, bem como a identidade étnica do negro amapaense, além, é claro, de alegrá-los, pois a dança é uma atividade que mobiliza vários sentimentos e emoções. Também é um lugar de discurso, conhecimento e história.

A justificativa para a realização dessa pesquisa sobre o Marabaixo nas instituições não formais, deve-se ao fato de que existem vários trabalhos que remetem ao papel do Marabaixo como ferramenta pedagógica no fortalecimento e no cumprimento do que prescreve a Lei Federal Nº 10.639/2003, ampliada pela Lei Estadual Nº 11.645/2008, que tornam obrigatórios os conteúdos das histórias e culturas afro-indígenas nos currículos escolares, com a intenção de valorização da cultura desses dois grupos étnicos.

Vista sob essa perspectiva, nossa intenção perpassa a ampliação de outros espaços que não só a escola, mas outros lugares que precisam de vivências culturais endógenas, bem como o desenvolvimento da autoestima e o contato com a arte, para que assim, possam sair da clausura em que foram colocadas, uma vez que, diante da violência sofrida, muitos deles se tornam introspectivos e tristes por conta dos traumas sofridos.

Partindo desse pressuposto, vale elucidar que a proposta dessa intervenção pedagógica compreendeu investigar o impacto da dança do Marabaixo no cotidiano das crianças e dos adolescentes

do Abrigo “Criança Feliz” , considerando que esses vivem nesse abrigo, sem contato direto com o ambiente externo, tendo em vista que muitos deles estão ali por situações de abuso sexual e maus tratos, o que os colocou sob a tutela do Estado. Tais condições e circunstâncias os impedem de ter acesso aos bens culturais e artísticos existentes na sociedade amapaense. Da mesma forma, o que se pode aferir é a necessidade de se dar visibilidade ao fato de os abrigos, em alguns lugares, se tornarem lugares de “segregação”, sob a égide da “proteção”.

O presente trabalho teve como objetivos caracterizar o espaço da pesquisa, bem como os procedimentos utilizados no desenvolvimento da mesma; apresentar as principais abordagens conceituais e históricas sobre o Marabaixo; descrever uma proposta pedagógica em espaços não formais, a partir da vivência do Marabaixo; e, por fim, apresentar os resultados da pesquisa realizada.

Para a realização dessa pesquisa, duas etapas foram desenvolvidas: primeiramente, uma pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de levantamento, na literatura vigente, sobre o Marabaixo, tendo como base Videira (2009) e Canto (2017). Também é importante evidenciar a pesquisa de campo, que culminou em um processo de intervenção pedagógica, cujos resultados estão pontuados no decorrer dessas reflexões.

A presente pesquisa está dividida em três partes. Na primeira, apresentam-se os caminhos e procedimentos metodológicos da pesquisa. Nesta seção, é apresentado também o embasamento teórico do Marabaixo, além das abordagens conceituais sobre o racismo e o espaço não escolar, com base nas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, respectivamente.

Na seção seguinte, aborda-se a proposta pedagógica: vivenciar o Marabaixo em espaços não formais, com a aplicação das atividades sugeridas e desenvolvidas. Na terceira e última seção, apresentam-se os resultados das atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças e os adolescentes, como as propostas e as indicações de recursos teóricos e metodológicos para reconhecer, valorizar e potencializar a cultura do Marabaixo, do Estado do Amapá. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

Caminhos e procedimentos metodológicos da pesquisa

Nesta seção estão dispostos, de maneira sistemática, os métodos utilizados durante a construção deste trabalho de pesquisa, para uma melhor compreensão da realidade do estudo, o qual foi de-

envolvido por meio de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa. Sobre a pesquisa-ação, nos filiamos a corrente francesa que, segundo André (1995, p. 26):

Compreende um grupo voltado para a educação não formal, ou seja, educação de adultos, educação popular, educação permanente e a animação sociocultural. Seu alvo é a conscientização do grupo para uma ação conjunta em busca da emancipação.

Sob essa perspectiva, a pesquisa-ação atende ao nosso propósito de realizar um estudo pautado na intervenção pedagógica, e por ter como um de seus lócus, os espaços não formais, justificando a nossa escolha por esse tipo de pesquisa, tendo em vista o fato de a pesquisa se realizar num abrigo para crianças/adolescentes.

Este trabalho parte de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, o que, para Oliveira (2008), é um facilitador na descrição de questões complexas, em uma relação dinâmica entre o sujeito e o mundo real. O estudo foi realizado no Abrigo “Criança Feliz”, localizado em Macapá-AP. Trata-se de um abrigo de Proteção Especial em Regime de Abrigo Provisório, com 26 anos de existência, destinado a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, cujos direitos à convivência familiar e comunitária estejam ameaçados de violação, ou já violados. Funciona nos dois períodos, manhã e tarde, tendo na gestão administrativa uma diretora. A instituição atende crianças de zero a doze anos de idade, sendo que a maioria não é alfabetizada, conforme nos informou a diretora do local.

No espaço do Abrigo “Criança Feliz”, vivem crianças e adolescentes na faixa etária entre 0 a 12 anos, de ambos os sexos (coeducação), com seus grupos de irmãos, que foram afastados de suas famílias em razão de alguma situação que os colocou em risco. Assim, as situações indicadas como situações de perigo, são inúmeras e passam desde a negligência com os cuidados básicos (alimentação, higiene/saúde e segurança), até casos de extremos de violência e/ou agressão física e sexual).

Descrição dos sujeitos: os participantes desta pesquisa foram denominados pela nomeação das letras e números “A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9 e A10”, seguida de uma numeração específica, aplicada aqui nesta pesquisa. Essas referidas denominações de letras e números vêm de maneira que possam salvaguardar os sujeitos da pesquisa.

No que se refere à idade, as dez crianças estão na fase entre 0 a 12 anos, a maioria não é alfabetizada. Elas ficam em salas específicas, acompanhadas por uma coordenadora pedagógica, uma em cada turno, e com agendamento de suas atividades durante a semana.

O fato de se realizar uma pesquisa-ação requer a escolha de instrumentos que dê visibilidade ao fenômeno estudado, bem como apontem para possíveis formas de intervenção, sendo, portanto, de suma importância a escolha de instrumentos que assegurem conhecer a realidade, os comportamentos e as representações dos sujeitos da pesquisa.

Frente a essa assertiva, é importante elucidar que os instrumentos de pesquisa devem estar vinculados, nesse sentido, aos objetivos traçados para o desenvolvimento da pesquisa, bem como a necessidade de se verificar as possíveis formas de se intervir na realidade dos sujeitos colaboradores do estudo. Assim sendo, para saber de que forma o Marabaixo pode ser utilizado para tornar o cotidiano das crianças e dos adolescentes do Abrigo “Criança Feliz”, mais alegre, mais afetivo, socializador e acolhedor, optou-se pelo uso da entrevista.

O processo das entrevistas foi realizado da seguinte forma: as crianças e os adolescentes responderam oralmente às perguntas, tendo sido suas respostas transcritas pelo entrevistador. Buscou-se, assim, utilizar instrumentos de pesquisa que assegurassem a obtenção de informações mais precisas sobre a população do abrigo, bem como conhecer suas percepções sobre o Marabaixo, bem como suas formas de interagir com o mundo em que vivem.

Para elucidar nossas convicções teóricas, foram trabalhados, por meio da pesquisa, os seguintes conceitos e/ou definições: Marabaixo, Racismo, Lei Nº 10.639/2003, e ambiente não escolar, que passamos a descrever a seguir.

Conceitos-chave utilizados como referencial teórico para a realização da pesquisa

Na consecução de um trabalho de pesquisa que versa sobre a aplicabilidade da Lei Federal Nº 10.639/2003, ampliada pela Lei Nº 11.645/2008, leis essas que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN de 1996, tornando obrigatório, em todas as escolas brasileiras, o ensino da história e da cultura africana, assim como dos povos indígenas, no intuito de promover a valorização, o reconhecimento e o aprendizado da população brasileira quanto aos seus antepassados negros e indígenas, sendo isso realizado dentro do ambiente escolar. Consideramos que igual direito devesse igualmente ser garantido às crianças e aos adolescentes que vivem em instituições públicas, ainda que sob a tutela do Estado. Afinal, toda criança e todo adolescente devem ter direito à educação, ao tomar conhecimento de sua história e da cultura de seus ancestrais, como postula o ECA. A seguir, apresentamos uma breve discussão conceitual sobre cada conceito-chave utilizado na pesquisa.

Marabaixo: expressão da histórica, da cultura e da identidade negra amapaense

Pesquisas conceituam o Marabaixo como uma dança de origem afrodescendente: “O Marabaixo é uma dança afrodescendente em que dançam adultos, jovens e crianças, homens e mulheres [...]” (VIDEIRA, 2009, p. 101). Seguindo essa linha de discussão sobre esse tipo de dança, Canto (2017, p. 11) também afirma que o Marabaixo se caracteriza como uma cultura popular: “O Marabaixo é uma manifestação cultural dos amapaenses, marcado por vários eventos ritualísticos, que têm intensa participação popular [...]”. Nesse sentido, o Marabaixo é uma dança afrodescendente, que expressa a cultura e a história da população negra do Amapá.

Dentre os diversos eventos culturais e religiosos realizados no Estado do Amapá, tendo o Marabaixo como cerne e conteúdo principal, destacamos o ciclo do Marabaixo, realizado na área urbana da capital, Macapá, logo após a semana santa (evento significativo do calendário cristão). A população negra amapaense tornou o Marabaixo um símbolo de sua identidade, tradição e resistência, o qual é decantado através dos versos improvisados, popularmente conhecidos como “ladrões”, no que tange ao louvor ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade. A celebração festiva do Marabaixo se destaca pela união entre música, dança, gastronomia e fé.

De acordo com Videira (2009, p. 35) o Marabaixo, se constitui em uma “Dança Dramático-Religiosa de Cortejo Afrodescendente”, estando inserida na definição de dança afro por representar a história e a cultura do afro-amapaense, fortemente guardada na memória do negro do Amapá, que consegue fazer a ligação entre sua história individual e coletiva e a do estado do Amapá, desde a sua ocupação. Assim, depreende-se que o Marabaixo é uma tradição intercultural que apresenta elementos bem definidos da cultura negra e da tradição religiosa cristã e católica.

Racismo: um fenômeno social com reflexos na dimensão racial brasileira

O racismo, ainda hoje, é uma questão de grande embate na sociedade brasileira, pelo fato de ter uma população miscigenada. Isso não se mostra evidente, mas ocorre sutilmente, por estar enraizado na sociedade desde os tempos da escravidão. O racismo apresenta-se, dentro da sociedade brasileira, de diversas maneiras e, especialmente, como descrito abaixo:

[...] O racismo é por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira [...] (GOMES, 2005, p. 52).

As expressões do racismo, pois, tanto podem ser individuais, como institucionais, e culturais. As formas como essas operam, relacionam-se, em certa medida, tendo em vista que os sujeitos, vítimas do racismo, poderão sofrer a violência nas três dimensões em que a mesma se apresenta. Entretanto, de maneira individual, o racismo mostra-se pelos atos de discriminação entre as pessoas, podendo gerar situações de violência e desrespeito.

Segundo Munanga (2005, p. 23), “o racismo ocorre quando se atribui a um grupo determinados aspectos negativos em razão de suas características físicas ou culturais”. Durante todo esse tempo, o negro vem sofrendo racismo por suas características físicas e culturais; criticam seus lábios grossos, seus cabelos crespos, e outros traços físicos bem marcados, e ainda criticam sua cultura trazida da África.

O racismo é uma ação que está arraigada na escola, e não acabou até hoje. Existem duas maneiras interligadas de racismo: o individual – que é cometido de indivíduo para indivíduo; e o institucional – que possui diversas formas de manifestação, tais como em filmes, no mercado de trabalho e na escola. O racismo é mais complexo do que o preconceito, apesar de não serem distintos (PIMENTEL, SILVA e SANTOS, 2014).

No pensamento de Cavalleiro (2005, p. 11), na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais, dentro do planejamento escolar “tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola”, ou seja, há a ausência das relações raciais no âmbito escolar, principalmente relacionadas ao planejamento da escola, no qual é ignorada a questão de promover relações igualitárias entre os sujeitos sociais envolvidos na instituição, com situação adversa e inferioridade dos negros.

Espaço não escolar: fora da escola também se aprende

Segundo Sales (2013, p. 17), “o espaço não-escolar acontece nas imediações da escola, por meio de atividades ministradas por entidades públicas ou privadas. Com uma maior valorização so-

cial do conhecimento, o espaço não-escolar acontece em organizações não-escolares”. A educação não formal é aquela que se aprende através dos processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas. O aprendizado gerado nestes espaços está vinculado a intencionalidades e propostas.

Optamos por realizar essa pesquisa numa instituição social, devido ao fato de essa atender exatamente aos critérios descritos anteriormente. Ou seja, é um espaço não escolar, e, no entanto, é estruturado e interativo, tendo como princípio o acolhimento da criança e/ou adolescente em todos os aspectos possíveis, de forma que haja proteção e cuidados, onde este possa estar inserido em um meio que se assemelhe realidade a qual ele estava acostumado. No que concerne a sua estrutura física o abrigo deve ser o mais parecido possível com a casa e/ou comunidade que as crianças são oriundas, daquelas livres de violência, onde eles possam socializar-se com outras crianças e se tiverem irmãos, que estes possam conviver juntos no mesmo abrigo, trocando informações e aprendizados.

Temos então, a educação não formal como um espaço em que a aprendizagem acontece entre todos os envolvidos. Crianças, adolescentes e educadores interagem, e os três ensinam e aprendem através dessas interações. A educação não formal tem como finalidade restaurar e reforçar valores e ensinamentos sejam eles uma extensão do espaço formal, ou complemento deste. Seus espaços são múltiplos: nos bairros-associação, organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos abrigos, nos espaços culturais, nas próprias escolas, em seus espaços interativos com a comunidade, entre outros.

Há de se compreender que a educação não formal é um processo de aprendizagem social, que tem como foco o educando, com propostas e atividades fora do sistema formal de ensino, pois, de acordo com Freire (2013, p. 96) “educação é uma forma de intervenção no mundo”.

Neste sentido, entende-se que a educação não formal é aquela que ocorre fora dos bancos escolares, a qual abrange a casa, os abrigos, a rua, ou seja, onde há conhecimento, troca de informações, há aprendizagem, pois através dela é proporcionada a troca de saberes e o desenvolvimento crítico, diante da sociedade em que estamos inseridos.

Lei Nº 10.639/2003: destinada a combater o racismo nas escolas brasileiras

A Lei Federal Nº 10.639, implementada no dia 9 de janeiro de 2003, é resultado da necessidade de as diretrizes curriculares estarem em consonância com a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, com o objetivo de estabelecer relações étnico-raciais sem preconceito ou discriminação.

Segundo Santos (2005), após a abolição da escravatura, os negros ficaram entregues à própria sorte, não havendo nenhuma política de integração desses no contexto social e econômico. Na verdade, aconteceu exatamente o contrário. Os afro-brasileiros foram excluídos do âmbito social, político, cultural e econômico: “Deixados à própria sorte [...] os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fora apenas o primeiro passo [...] para a igualdade racial [...]” (SANTOS, 2005, p. 21). A partir de então, iniciaram-se novas pelejas contra a discriminação racial e por direitos sociais.

A educação formal passou a ser a principal reivindicação da comunidade negra, visto que a mesma seria o caminho para a superação da desigualdade social e para a ascensão social, defendida pelos líderes da luta antirracista no Brasil, como Abdias Nascimento (SANTOS, 2005). No entanto, as escolas reproduziam a cultura europeia, desvalorizando as demais culturas dos grupos considerados inferiores, como os negros e os índios, o que só reforçava o racismo na sociedade brasileira. Mesmo que um afro-brasileiro chegasse à universidade, por exemplo, ainda assim era visto como um indivíduo inferior.

Assim, nasceu a necessidade de se reivindicar que outras culturas existentes na realidade brasileira passassem a fazer parte das matrizes curriculares do sistema educacional brasileiro, como forma de valorização da cultura afro-brasileira e africana (sua raiz), na busca por igualdade de raça e pelo fim da discriminação negra. Foram esses ideais que originaram a Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e de cultura afro-brasileira e africana nas escolas (SANTOS, 2005).

A Lei Nº 10.639/2003, introduziu no currículo da educação formal o conhecimento das várias culturas que fazem parte do Brasil. Porém, assim como a escola, outros ambientes educacionais, como o informal e o formal devem estar em consonância com a Lei Federal, principalmente no que concerne à realidade da cultura local. No caso do Amapá, tem-se a cultura do Marabaixo, que pode ter seu conteúdo usado para que a criança, o jovem e o adolescente tenham noção da sua realidade, mesmo estando no Abrigo “Criança Feliz”.

Na concepção de mudanças, em 2008, o Governo do Estado do Amapá, principalmente por força das pressões externas dos Movimentos Sociais Negros, sancionou a Lei de Nº 1.196/2008, ca-

bendo aqui destacar que, somente a partir do ano de 2008, incluiu-se como obrigatório o Ensino da Cultura e da História Africana e Afro-brasileira no currículo da educação básica, dentro do sistema de ensino estadual, apesar das disposições previstas na Constituição Federal desde 1988.

A lei estadual vem reforçar a aplicabilidade da Lei Nº 10.639/2003, tornando obrigatório o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, em todo o Estado do Amapá.

Análise e discussão dos resultados da pesquisa

Para a realização da pesquisa, utilizando-se o Marabaixo como instrumento pedagógico no processo de ressocialização das crianças e dos adolescentes do Abrigo “Criança Feliz”, aplicou-se um pré-questionário, no sentido de verificar qual era o conhecimento que as crianças que vivem nesse abrigo têm a respeito do mesmo e do Marabaixo, sendo esse resultado, um dos vieses que culminaram com a intervenção.

Os participantes da pesquisa foram denominados pela letra “A”, seguida de uma numeração específica, aplicada aleatoriamente. Assim, as crianças foram designadas de A1 a A10, conforme tabela. De acordo com a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, especificamente em seu artigo 20, considera-se, ainda, que a Ética em pesquisa implica no respeito pela dignidade humana e na proteção devida aos participantes da pesquisa.

Quadro 1 - Identificação das crianças participantes

Criança	Idade	Sexo	Alfabetizadas
A1	11	M	NÃO
A2	07	F	NÃO
A3	12	M	NÃO
A4	09	F	NÃO
A5	07	M	NÃO
A6	08	F	NÃO
A7	12	M	NÃO

A8	08	F	NÃO
A9	07	M	NÃO
A10	08	F	NÃO

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

No que se refere à idade, verificamos no quadro 1, que os 10 participantes não são alfabetizados, pois levamos textos pequenos, com imagens, e eles não conseguiram fazer a leitura gráfica de letras e imagens. Sobre os participantes, os dados informaram: A1, A3 e A7 têm idades de 11 a 12 anos, do sexo masculino; A2, A5 e A9 têm idades de 07 anos, do sexo feminino e masculino; e A4, A6, A8 e A10 são do sexo feminino, com idades de 08 a 09 anos. As crianças ficam em salas específicas, acompanhadas por uma coordenadora pedagógica, uma em cada turno, e com agendamento de suas atividades durante a semana. Essas informações são importantes para contextualizar a análise das informações empíricas, uma vez que a representação social que se tem de alguém, está diretamente ligada ao contexto social em que cada pessoa está inserida.

Sobre a análise dos resultados da pesquisa, percebe-se, na fala dos entrevistados, que não ouviram falar sobre o Marabaixo, o que denota que desconhecem a cultura local, pois como bem eluci-

da Videira (2009), o Marabaixo é uma tradição afro-amapaense festivo-religiosa, que une ciclos intergeracionais em um período anual chamado Ciclo do Marabaixo, que acontece logo após os festejos religiosos da Quaresma e Semana Santa, dentro da religião católica. Logo, é importante que se instaurem práticas que mobilizem para a divulgação e o conhecimento da tradição local, tendo em vista que nessas manifestações constituem os traços identitários da nossa população, seu processo de formação histórica e cultural. Tal condição buscou reafirmar, através da Lei nº 10. 639/2003, a orientação para que as escolas trabalhem a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana. Daí a valorização da cultura local como uma forma de valorizar as tradições negras do Estado do Amapá.

Os entrevistados foram unânimes em suas respostas, ao apontarem que as suas famílias, em momento algum, haviam comentado sobre o Marabaixo. Isso remete ao estudo de Videira (2009), no qual se afirma que a história e a cultura dos afroamapaenses são transmitidas às novas gerações como um “tecido” da tradição cultural africana, representando o simbolismo de transmissão e propagação da história aos seus descendentes às futuras gerações. Foi o que procuramos garantir às crianças e aos adolescentes acolhidos pelo Abrigo “Criança Feliz”, através da nossa pesquisa e intervenção pedagógica na referida Instituição.

Nesse caso, faz-se necessário que as famílias criem momentos de socialização com seus pares, para que essa aproximação não seja apenas realizada pelos adultos, mas que desde cedo, as tradições sejam ensinadas e praticadas no cotidiano, não só nas comunidades negras, mas em todos os espaços propícios à difusão da cultura do Marabaixo.

Notamos, ainda, pelas respostas dos entrevistados, o não conhecimento quanto aos instrumentos e trajes característicos do Marabaixo. Então, é importante afirmar o grande nome da arte de confeccionar instrumentos – reconhecido e valorizado pela comunidade negra do bairro do Laguinho, desde os tempos antigos, em que se celebra esta cultura em Macapá – como é o caso do Mestre da cultura local, *in memoriam*, Joaquim Sussuarana. (VIDEIRA, 2009).

Em geral, a entrevista aplicada antes de desenvolvermos a atividade pedagógica envolvendo elementos do Marabaixo, demonstrara que as crianças do Abrigo “Criança Feliz”, não tiveram a oportunidade de ouvir e conhecer o Marabaixo. Esse resultado traz a necessidade de se refletir sobre o motivo pelo qual há esse desconhecimento, visto que o Marabaixo é considerado a maior manifestação cultural do Estado do Amapá (VIDEIRA, 2009).

Proposta pedagógica: vivenciando o Marabaixo em espaços não formais

O intuito ao realizar uma proposta pedagógica em um ambiente de ressocialização com crianças e adolescentes foi para que os mesmos pudessem ter acesso e o direito de vivenciar a experiência da cultura amapaense, que é o Marabaixo, e por intermédio dessa oportunidade, conhecer a história de seus ancestrais, além de sua própria história e a de sua comunidade.

Assim, o objetivo da proposta foi apresentar o Marabaixo como cultura amapaense para as crianças e os adolescentes do Abrigo “Criança Feliz”, buscando valorizar essa cultura, enriquecida por valores sociais e históricos, através do reconhecimento de que essas crianças e esses adolescentes possam, um dia, vir a contribuir para a desconstrução do racismo.

Lembramos que no Abrigo “Criança Feliz” estão aproximadamente cerca de 23 crianças, na faixa etária de 0 a 12 anos, vítimas de maus tratos e/ou violência, motivos pelos quais foram tirados do convívio familiar pela Promotoria da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar. Trabalham lá cerca de 50 servidores, dentre eles psicólogos, nutricionistas, pedagogos, assistentes sociais, arte-educadores, médicos, entre outros, propiciando às crianças, atividades esportivas, de lazer e lúdicas, além de alimentação, reforço escolar e atendimento médico.

Algumas crianças ficam no abrigo em caráter provisório, até que a confiança no seio familiar seja restituída; nos casos em que as crianças voltam para o seio familiar, são acompanhadas por assistentes sociais durante um período de seis meses. Mas também, existem casos em que a família não demonstra interesse em ter as crianças de volta, e elas são entregues para adoção, ou permanecem lá até que atinjam a idade máxima permitida pelo local. Em seguida, são encaminhadas para abrigos, que correspondem à sua faixa etária. Vale ressaltar que, hoje, mais de 80% das crianças do abrigo estão disponíveis para adoção.

Desenvolver esta proposta pedagógica, no intuito de apresentar e oportunizar às crianças do abrigo de conhecerem o Marabaixo como cultura amapaense, considerando que o Abrigo, enquanto espaço não formal de educação, atende a critérios exigidos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foi um grande desafio e um aprendizado de vida e profissional. A lei ora evocada, assegura a oportunidade às crianças e aos adolescentes de se desenvolverem em todos os aspectos que lhes são de direito, contribuindo para o seu aprendizado, e levando em consideração seus conhecimentos, suas experiências, e suas vivências, sendo que cada criança vem de uma realidade diferente, e mesmo diante de condições ruins, seus direitos são resguardados por lei.

Por se tratar de crianças, em sua maioria não alfabetizadas, apresentamos o Marabaixo de maneira lúdica e interdisciplinar. Assim, no primeiro dia de atividade prática, em 05/01/2018, fomos apresentados às crianças pela Diretora do Abrigo e, em seguida, ficamos a sós com as crianças para que pudéssemos estreitar os laços afetivos e explicitar o motivo de nossa presença.

Frente às respostas dadas pelas crianças sobre o *locus* de pesquisa, em que apontaram não conhecer o Marabaixo, realizou-se um processo de intervenção pedagógica, com a utilização de atividades lúdicas, envolvendo essa manifestação cultural, que é o Marabaixo. Vejamos a seguir as atividades desenvolvidas:

Atividade: Jogo de Quebra-Cabeça

Esta atividade ocorreu no dia 05 de janeiro de 2018. Num primeiro momento, foi explanada a história do continente africano e a importância da cultura africana para a formação da cultura brasileira. Demos ênfase à importância da cultura africana como a força cultural dos povos africanos, composta de inúmeras expressões culturais, entre as quais destacamos as danças, as festas e seus diversificados ritmos, como exemplos da transmissão da cultura dos antepassados, bem como o retrato do que seria o dia a dia nas comunidades africanas. Procuramos retirar a dança do local simplista de repetição mimética de movimentos, e colocá-la como relevante patrimônio cultural repleto de história, sociabilidades, resistência, identidades e luta para manter a cultura viva e livre da ameaça da extinção, ou seja, na África e no estado do Amapá, o Marabaixo é coisa séria; por isso, está em todas as ocasiões, como ponto de partida para qualquer cerimônia. Logo após, foi feita uma discussão sobre o tema e depois as crianças foram convidadas a fazerem a atividade do quebra-cabeça, com o Mapa da África.

Figura 1 - Atividade com jogo de quebra-cabeça a partir de mapa do continente africano



Fonte: Diário de campo dos autores (2018).

Atividade: Vídeo – Marabaixo: do lúdico ao moderno, e Jogo da Trilha Marabaixo

No dia 08 de janeiro de 2018, as atividades foram divididas em dois momentos: primeiro foi apresentado o vídeo “Marabaixo: do lúdico ao moderno”, para que as crianças pudessem conhecer um pouco da história e ver como são a dança e as cantigas do Marabaixo (figura 2), bem como as indumentárias e os instrumentos (Figura 3). Percebeu-se como o vídeo manteve as crianças envolvidas na temática.

Figura 2 - Apresentação do vídeo para as crianças



Fonte: Diário de cam-

po dos autores (2018)

Figura 3 - Apresentação das indumentárias do Marabaixo para as crianças



Fonte: Diário de campo dos autores (2018)

Em relação às indumentárias, conforme descreve Videira (2009, p. 113), “o traje característico do Marabaixo é formado pela anágua, saia estampada, arranjo de flores de um lado da cabeça, blusa com folho, toalha sobre os ombros, adornos como: colares, argolas e pulseiras de cores variadas”.

No jogo da trilha, também desenvolvido no dia 08 de janeiro de 2018, havia informações sobre a cultura do Marabaixo e números para as operações de matemática. Conforme as crianças iam avançando na trilha, tinham a oportunidade de fazer operações de somar e subtrair, bem como de fazer leituras sobre a cultura do Marabaixo, contidas nos espaços do jogo, no qual explicamos a importância da cultura amapaense. Através deste jogo, tivemos como complementar a discussão sobre os conteúdos do Marabaixo, já iniciada com o vídeo mencionado na figura 1.

Figura 4 - Jogo Trilha Marabaixo



Fonte: Diário de campo

dos autores (2018)

Atividade: Jogo da Memória

Esta última atividade, desenvolvida no dia 08 de janeiro de 2018, foi produzida pelas próprias crianças do abrigo: um jogo da memória, em que foram destacadas fotografias de personalidades representativas do Marabaixo, do estado do Amapá (figura 5).

Figura 5 - Atividades produzidas pelas crianças – Jogo da memória



Fonte: Diário de cam-

po dos autores (2018)

Nos estudos de Videira (2009, p. 206) “os atores sociais mantenedores do Marabaixo dão um grande exemplo de devoção, respeito, amor e orgulho desta tradição”. Essa atividade foi uma forma de homenagear e reconhecer quem lutou para manter viva a cultura do Marabaixo. Pois estes, nas palavras de Videira (2009, p. 200), “são afrodescendentes conscientes de sua pertença étnica, e possuidores de sonhos que nos proporcionam uma lição de vida a mais, apesar de todos os conflitos étnico-religiosos e culturais existentes na sociedade brasileira”.

Análise e interpretação dos dados pós-atividade

Para melhor compreensão das informações sobre as concepções das crianças sobre o Marabaixo, e após a coleta dos dados, realizaram-se a organização e a análise do material coletado, seguindo-se a interpretação dos resultados.

Os resultados aqui apresentados mostram, na primeira entrevista, que 100% dos entrevistados disseram nunca ter ouvido falar no Marabaixo, comparando com o resultado da pós-entrevista, em que apenas 11% responderam que não sabiam a respeito do Marabaixo. Portanto, verifica-se que o resultado foi positivo, tendo em vista o percentual dos que responderam “sim”.

Em relação à família já ter comentado sobre o Marabaixo com as crianças do abrigo, o percentual de quem respondeu “não” continuou ainda elevado, devido ao fato de as crianças viverem em um abrigo, onde aqueles que ainda mantêm contato com suas famílias, o fazem pouco, nos horários de visitas, ou seja, o contato com a família é raro. Porém, houve um pequeno percentual de

11%, na segunda entrevista pós-atividade, de familiares que comentaram sobre a cultura do Marabaixo com as crianças.

Sobre a memória e a história cultural, Videira (2009) destaca que é preciso que a comunidade amapaense transponha a barreira de espectadora, e tome para si a responsabilidade de as futuras gerações não só ouvirem, ou saberem, mas também dançarem o Marabaixo, vivenciando o aprendizado contido em sua dança, cantigas, toques de caixa, ladainhas, gengibirras, promessas e expressões étnicas, como herança de seus ancestrais africanos e afrodescendentes.

O Marabaixo, em ambientes escolares ou não, constitui um excelente instrumento para ajudar as crianças a se expressarem e a se envolverem em projetos relevantes dentro de suas comunidades. A transmissão desses conhecimentos gera questões significativas, como a participação dessas crianças na escola ou fora dela, e que futuramente contribuirão para o repasse/transmissão da cultura para as demais gerações.

Sobre o conhecimento do ritmo da dança do Marabaixo, a maioria das crianças, na primeira entrevista, disse não conhecer. Essa condição revela, nesse contexto, que a valorização da cultura local ainda é incipiente pelo fato de muitas tradições estarem fechadas para o conhecimento de grupos ou pessoas, daí a explicação pela qual muitas crianças tenham dito não conhecer, o que significa que, embora o Marabaixo seja reconhecido como um ritmo da cultura amapaense, ainda falta difundir os conhecimentos sobre o mesmo, não sendo só as instituições escolares que podem realizar esse movimento, mas também, outros espaços de acolhimento e aprendizado de crianças, espaços informais ou não formais, portanto.

Um exemplo curioso nas entrevistas é que as crianças sempre confundiam tambor com caixa. Para quem conhece a cultura do Marabaixo, é sabido que o que se toca são as caixas. No batuque, outra expressão relevante da cultura afro-amapaense, os instrumentos de percussão chamam-se tambores, cujos nomes são: repinique, amassador e pandeiros⁸.

Ao perguntarmos sobre a importância do Marabaixo em seu cotidiano, as crianças demonstraram dificuldade em se expressar. Algumas respostas evidenciaram que as crianças e os adolescentes gostaram de conhecer o Marabaixo e participar das atividades pedagógicas. Vejamos algumas falas:

⁸ Tambor de batuque denominado amassador repinicador e dobrador. São tocados na quantidade de três festejos dos batuques. O pandeiro é o instrumento rústico tocado nos batuques em homenagem aos padroeiros das Terras Quilombolas dentro do Estado do Amapá (VIDEIRA, 2009, p. 111).

A2 – “Aprendi que a gente dança, tem meninos e meninas. Eu os vi dançando na TV, a professora mostrou”.

A7 – “Aprendi as músicas que os professores mostraram”

Na fala do entrevistado A2, percebemos que lhe chamou atenção o fato de ver crianças dançando o Marabaixo. Isso nos faz refletir sobre como devemos trabalhar o Marabaixo ou qualquer outra manifestação cultural, tomando o cuidado de incluir a figura das crianças nos vídeos, fotos e documentários, e não só os adultos. Dessa forma, podemos desenvolver com muito mais afinco o sentimento de pertencimento da criança a determinado contexto cultural; caso contrário, ela pode fixar a ideia de que isso é coisa de adulto.

Quando o entrevistado A7 diz que aprendeu as músicas (cantigas) que foram apresentadas como elementos do Marabaixo, demonstra que as atividades atingiram o objetivo proposto. Nesse sentido, chegamos à conclusão de que as atividades pedagógicas interdisciplinares, que foram desenvolvidas com as crianças, tiveram resultados satisfatórios, na direção de fortalecer o conhecimento das crianças sobre o Marabaixo como cultura local do Estado do Amapá, além de contribuir para o fortalecimento da nossa cultura e de oportunizar aos nossos colaboradores de pesquisa a vivência do Marabaixo, de modo pedagogicamente lúdico e de maneira interdisciplinar, como lembrança futura de sua permanência no Abrigo “Criança Feliz”.

Considerações finais

Inicialmente queremos ressaltar quão desafiador foi realizarmos a nossa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso numa instituição não formal, de amparo à crianças vítimas de violência, especialmente no que tange à dificuldade que enfrentamos para conseguir a autorização para adentrarmos no “Abrigo Criança Feliz” e, assim, podermos realizar nossa proposta de pesquisa e intervenção pedagógica.

Por outro lado, poder colocar em prática esse trabalho sobre o Marabaixo foi edificante para nós como pessoas e pedagogos, já que o conjunto das atividades formativas que foram realizadas pelos professores do curso de Pedagogia durante a nossa formação acadêmica ocorreram em escolas formais. Logo não nos deparamos com tantas dificuldades para acessarmos aos referidos espaços.

Além de considerarmos relevante que seja garantido a todas as crianças e jovens do estado do Amapá, nas escolas formais e não-formais, o aprendizado sobre a nossa cultura, especialmente sobre o Marabaixo – uma das mais importantes expressões vivas da história e cultura de nossos ancestrais negros. A pesquisa revelou, dentre outros aspectos, que quando as crianças têm acesso a esse conhecimento, há mudanças no modo de se relacionarem com a cultura, conforme revelou o estudo e pode ser constatado na proposta pedagógica e na análise e interpretação dos dados.

Através deste estudo buscamos direcionar e fazer aflorar novos olhares a respeito de como o Marabaixo pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem, a partir de suas características artísticas e culturais, no sentido de fomentar práticas pedagógicas que combata o racismo no espaço não-escolar.

Acreditamos que a participação do Estado como um agente facilitador de políticas educacionais que visem à possibilidade de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como consta na Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei Estadual nº 1.196/2008 seja de suma importância para a garantia da cidadania de crianças matriculadas na rede pública de ensino e daquelas que estão sendo assistidas por Instituições não-formais de ensino.

Diante disso, temos consciência de que a partir do conhecimento e da divulgação de temas ligados à cultura africana e afro-brasileira, docentes, discentes e demais profissionais da área da educação, poderão ser capazes de respeitar as diferenças culturais e agir de acordo com a democracia brasileira.

Consideramos que este trabalho intervenção pedagógica realizado no “Abrigo Criança Feliz” foi satisfatório, pois ao desenvolver as atividades com as crianças, tivemos a oportunidade de estabelecer esta relação interdisciplinar entre conteúdo da área da Matemática e História (mapa do continente Africano) e os conteúdos da cultura do Marabaixo. Além disso, houve assimilação e entendimento por parte das crianças quanto aos conteúdos, mesmo que tenha sido trabalhado em apenas dois dias.

Portanto, podemos concluir com esta pesquisa voltada para a valorização da cultura local, trabalhadas cotidianamente, trará resultados satisfatórios, pois a compreensão e entendimento sobre cultura são primordiais para o desenvolvimento e manutenção da identidade cultural amapaense.

Referências

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Currículo da Educação Básica. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/2003/L10.639.htm>> Acesso em: 08 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.196 de 19 de fevereiro de 2008**. Institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo da Educação Básica e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial do Estado do Amapá n. 4210 de 14 de março de 2008. Autor Deputado Camilo Capiberibe.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 04 de abril de 2016**. Disponível em: <conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> Acesso em: 27 mar. 2018.

CANTO, F. **O Marabaixo através da História**. Macapá: Printgraf, 2017.

CAVALLEIRO, E. dos S. Introdução. In: SECAD - Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 11-18.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Museu Histórico do Pará, 2019**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ap/noticias/detalhes/4891/expressao-cultural-amapaense-o-marabaixo-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. revisada. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIMENTEL, J. de J. C.; SILVA, J. L. da; SANTOS, N. A. de M. **Racismo na escola**: um desafio a ser superado. 2014. Disponível em: <http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2015/06/Racismo_Escola_um_desafio_ser_superado_ped.pdf> . Acesso em: 27 mar. 2018.

SALES, R. de. **Gestão da educação em espaços não escolares**: possibilidades e desafios de uma prática vivida. Tio Hugo. Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, G. A. dos. **A Invenção do “ser negro”**: Um Percurso das Ideias que Naturalizaram a Inferioridade dos Negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

VIDEIRA, P. L. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Videira UFC, 2009.